

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**  
2 **SEDS/PR**  
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**  
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**  
5 **Palácio das Araucárias**  
6 **CEP 80530-915**  
7 **Curitiba - Paraná**  
8



9 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**  
10 **ATA DE ASSEMBLÉIA ORDINÁRIADO MÊS DE ABRIL (12 & 13/04/2012)**

11 **Nº 003/2012**

12 Aos quatro dias do mês de maio do ano de 2012, as 8 h e 30 min. Em primeira convocação e  
13 às 09 horas com qualquer número de conselheiros presentes, no auditório do 7º andar da  
14 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, a rua Jacy Loureiro de  
15 Campos s/nº – Palácio Das Araucárias - Centro Cívico, em Curitiba – PR, foi realizada a  
16 Assembléia Ordinária do **Conselho Estadual de Assistência Social** CEAS/PR, para a qual os  
17 conselheiros foram previamente convocados. Na ocasião fizeram-se presentes os: •  
18 **Conselheiros Governamentais:** Delvana Oliveira (Suplente – SEED), Ana Maria Macedo  
19 (Titular – SEDS), Eliane Mara Rebelo (Titular – SEAB), Rodrigo Auffinger (Titular – COHAPAR),  
20 Nircélio Zabot (Suplente – SEDS), Carolina Kummer Trevisan (Titular – PGE), Evandra Suzane  
21 Basso (Suplente – SEPL), Gladys Tortato (Suplente – SEDS), Marcela Evangelista (Suplente –  
22 SEDS), Larissa Marsolk Tissot (Titular SEDS), Marli Aparecida Batista Vaz (Titular – SETS), Mara  
23 Cristina Ferreira (Titular SEDS), Mariluz Zanin Petry (Titular SEDS). • **Conselheiros da**  
24 **Sociedade Civil Organizada:** Pedro Lirio Hofmann (Titular – Associação de Moradores de  
25 Encantado do Oeste), Aparecida Fernandes de Oliveira (APAE/Peabiru), Ozimara Ferreira de  
26 Mello (APAE), Patrick James Reason (Titular - Associação Beneficente Encontro com Deus), Maria  
27 Cecília Monteiro Larcher Fantin (Titular - Conselho Regional de Psicologia/Pato Branco), Christina  
28 Zehr (Titular – Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios), Ronan César da Silva  
29 (Titular – APADEFI), Edenilce de Fátima do Nascimento Lima (Titular - SISMUNE), Teresinha Maria  
30 Wolff (Titular – CRESS). **Convidados/Ouvintes:** Renata M. Dos Santos (SEDS/CGS), Danielle  
31 Vieira (GJS/SEDS), Deize Zamzoum (SEDS), Odelita Milanese (Ministério Público - CAOPJDC).  
32 **ABERTURA.** A **Presidente do CEAS/PR Maria Cecilia Fantin** procedeu a abertura da  
33 reunião às 9:00 hs, através de uma saudação dirigida a todos os presentes. Logo em seguida  
34 colocou a pauta em apreciação abrindo para as possíveis inserções apresentadas pelos  
35 Conselheiros. - **Inclusões** 1) . Informes dos Conselheiros - 2) Posse da nona gestão do SISMUNE  
36 (Conselheira Edenilce) - 3 ) Encerramento do projeto Adolescente Aprendiz – 4 ) Informes  
37 proteção Social Especial - 5 ) Composição da nova gestão Conselheiros da Sociedade Civil  
38 Organizada • **Apreciação da Ata da Assembleia anterior** Esse documento foi encaminhado  
39 aos conselheiros via e-mail, para análise e possíveis correções. Avaliando a questão, a  
40 **Presidente Maria Cecilia** sugeriu que as discussões desenvolvidas nas comissões deverão  
41 deverão ter os seus desfechos transcritos no corpo da Ata Situação idêntica foi pontuada pela  
42 **Conselheira Delvana** (Secretaria de Estado da Educação), no sentido de também  
43 acrescentar os encaminhamentos firmados na sequência (Comissão de Políticas Básicas), que  
44 deveriam compor o corpo da ata a ser aprovada. "Texto" -Ofício circular do CEAS/PR, dirigido  
45 aos CMAS dos 337 municípios, que não fizeram adesão ao programa BPC na escola. Do mesmo

46 modo serão enviados ofícios da SEDS aos prefeitos desses municípios, informado sobre essa  
47 temática. E de se ressaltar que as citadas decisões da Câmara de Políticas Básicas já contavam  
48 do relatório elaborado pelos Conselheiros e aprovado pelo plenário. A pedido da **Dra.**  
49 **Danielle Vieira** (Grupo Setorial Jurídico da SEDS), abordou-se novamente a questão de  
50 mudança de Presidência do CEAS/PR, exercida até então pela assistente Social, **Cássia**  
51 **Fernanda Mercúrio**, representante das **Aldeias SOS -Brasil**, ausente do Colegiado já a três  
52 meses. Esse assunto foi avaliado e é constante da ata da última Assembleia; o trecho foi relido e  
53 apresentou-se a proposta de uma nova redação ao invés de permanecer a expressa destituição  
54 de Presidente, utilizar o termo substituição proposta essa aceita pelo plenário. Complementou a  
55 **Conselheira Cassia Mercúrio**, por um lapso, deixou de ser lido, na Assembleia anterior.  
56 Lembrou a **Conselheira Ana Maria Macedo** que toda e qualquer decisão deverá estar  
57 sempre baseada no Regimento Interno. No momento, existem situações distintas elege-se a  
58 entidade e não a pessoa, é a entidade que tem assento no Conselho, através da sua  
59 apresentação legal. Sabe-se que em Brasília existe uma discussão, para que se a pessoa elege  
60 a pessoa física. Segundo a **Conselheira Ozimara**, são questões jurídicas que não pode se  
61 resolvidas no meio do caminho. No presente momento, Cassia Mercúrio se afastou e a sua  
62 região indicou uma suplente (APAE) assim, a situação presentemente está resolvida porém,  
63 para o próximo mandato deve-se proceder um estudo mais apurado. Dando prosseguimento, a  
64 **Secretária Executiva Helena** informou que os relatos das Comissões depois de aprovados  
65 pelo plenário, não poderá sofrer qualquer tipo de alteração. Por outro lado, comunicou que  
66 nessa semana foi recebida a indicação da representação da COHAPAR que nessa Assembleia  
67 poderá participar como ouvinte sem direção a volta até que seja oficialmente nomeada. • A ata  
68 foi considerada **Aprovada**, após os apontamentos dos conselheiros • **Informes da Secretaria**  
69 **Executiva – Helena Navarro Gimenez. 1)** Em 20 de abril, foi recebido o ofício Nº 106/2012  
70 CEDCA solicitando Desconsideração do ofício Nº 083/2012, a qual solicita indicação de 1  
71 delegado nato do CEAS para a VIII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do  
72 Adolescente. **2)** No dia 25 de abril, a conselheira titular da SEJU encaminhou ofício informando  
73 sobre o seu afastamento do CEAS, tendo em vista a sua candidatura para vereadora no pleito  
74 municipal 2012 em São José dos Pinhais. Nesse caso, a Secretaria Executiva dos  
75 Conselhos, deverá aguardar o pedido de substituição da conselheira pela Secretária da SEJU. **3)**  
76 No dia 27 de abril de 2012, foi recebido o ofício Nº 2903 da COHAPAR, solicitando substituição  
77 da conselheira titular Jussara Rodrigues por Rodrigo Baltar Affinger. **4)** No dia 27 de abril, a  
78 conselheira titular da SESA encaminhou comunicado informando da sua impossibilidade de  
79 participação na reunião das Comissões no dia 03/05 em virtude do lançamento do Programa  
80 Mãe Paranaense. No dia plenária, a conselheira confirmou a sua presença. **5)** No dia 02/05 a  
81 conselheira Ana Cristina Duda encaminhou justificativa de ausência informando que está de  
82 atestado médico. **6)** No dia 02/05 a conselheira Larissa Tissot justificou a sua ausência na  
83 plenária do dia 04/05, por motivos de saúde. informando que comunicou a sua suplente, Marcela  
84 Evangelista. **7)** No dia 02/05 a conselheira Gladys justificou a sua ausência na reunião em virtuo  
85 de compromissos inadiáveis. **8)** No dia 03/05 a conselheira suplente da SEJU, Eunícia  
86 encaminhou justificativa de ausência em virtude de suas demandas de trabalho. • Indicada a  
87 **Coordenadora Larissa Tissot** (Gestão do SUAS), para representação do CEAS/PR na VIII  
88 conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada de 7 a 9 de maio

89 de 2012, em Curitiba. A **Conselheira Presidente Maria Cecilia** apontou que faltam  
90 justificativas de ausências de Conselheiros da Sociedade Civil e seguimento Governamental.  
91 Esclarecendo alguns questionamentos, **Conselheira Edenilce** informou que segundo a justiça  
92 eleitoral, os prováveis candidatos a cargos eletivos deverão afastar-se de suas funções de junho  
93 a outubro de 2012. Um comunicado foi repassado pela Conselheira Presidente, informando  
94 sobre a realização de eventos em Brasília :- “Seminário de gestão Orçamentaria” contando com  
95 a presença dos conselhos Estaduais de Assistência Social (área jurídica)- em 29 e 30/05/2012.  
96 **Relatório das Comissões • Comissão de Financiamento e gerenciamento do fundo .**  
97 Em consenso, definiu-se que mensalmente a técnica **Marcela Evangelista** apresentaria em  
98 plenário, a copia do balancete do Fundo. Para conhecimento dos Concelheiros . **(Anexar o**  
99 **balancete aqui)**. Algumas considerações surgiram, por conta das duvidas levantadas pelos  
100 Municípios no que se refere aos Benefícios Eventuais. O tribunal de contas informa nas exercer  
101 a função de consultoria. Segundo a **técnica Marcela (Setor Financeiro)**, no seu  
102 entendimento o Conselho estadual ,poderá expedir uma orientação dirigida aos contadores dos  
103 municípios, informando ser possível incluir os benefícios de auxílio-natalidade e e funeral nos  
104 seus orçamentos, uma vez que estão previstos na LOAS. Foi avaliado pela **Conselheira Ana**  
105 **Maria** que a partir do momento que a Lei SUAS está sancionada não caberia a cada Conselho  
106 municipal emitir uma deliberação sobre a inclusão no orçamento. O CEAS/PR poderá encaminhar  
107 um ofício circular aos CMAS através dos escritórios Regionais, que deverão orientar sobre as  
108 providencias dessa legislação própria. Informar os contadores a respeito dos Benefícios  
109 eventuais e a importância de conhecer a Política. Segundo a **Conselheira Mariluz** (Regional  
110 de Francisco Beltrão), essa etapa já está acontecendo nos Municípios assim o CEAS poderia  
111 apenas proceder um reforço. Foi dito pela **Conselheira Edenilce** que tais informações deverão  
112 ser encaminhadas não só aos Escritórios Regionais, mas direto aos Conselhos Municipais.  
113 Levando em conta as contribuições, a Secretaria Executiva Helena colocou que inúmeras  
114 situações deverão ser adequadas a lei do SUAS, adaptando os Municípios as novas regras. A  
115 **Conselheira Presidente Maria Cecilia** lembrou que em 2011 ocorreram discussões sobre  
116 esse tema. As questões sobre Benefícios Eventuais foram revistas através do COGEMAS.  
117 Ressaltou a **Secretária Executiva Helena** que a CIB seria ótimo parceiro na elaboração  
118 dessa nota técnica de orientação aos municípios. Tal documentação viria para o Conselho para a  
119 aprovação. Foi constatado pela **Conselheira Mariluz** que é possível resolver problemas nas  
120 Regionais, uma vez que muitos Municípios já estão encaminhando a lei para a camará sabe-se  
121 que o COGEMAS repassa comunicados diretamente aos municípios. Pediu a palavra a  
122 **Conselheira Ana Maria**, informando fazer parte do **COGEMAS**. Na CIB, pactuou-se que os  
123 municípios receberiam as informações, contendo uma tarjeta, na qual era esclarecido que tais  
124 dados ainda estavam sob análise. Disse mostrar-se surpresa pois os Escritórios Regionais  
125 também assim seria informados. É necessário, pois, separar o que é oficial pela Secretaria do  
126 COGEMAS e o que é enviado pelo órgão gestor. Ainda acrescentou que os municípios são  
127 autônomos para terem a sua própria lei e o Conselho Estadual poderá participar, se realmente  
128 houver uma provocação. A **Conselheira Ozimara** veio a informar que a Comissão elaborou  
129 uma nota técnica em 2010, com base em orientação do CNAS. (Tema;-Correto funcionamento  
130 dos Conselhos Municipais • **Análise Jurídica sobre os recursos do IGDE / SUAS –**  
131 **Protocolo nº 11.448.951-4 -Objetivo** - Apoio financeiro para possibilitar a realização de

132 Assembléia Compartilhada, entre os Conselheiros da atual gestão e os que serão empossados,  
133 cobrindo despesas de transporte, hospedagem e alimentação. **Dra. Danielle Vieira**,  
134 integrante do grupo setorial jurídico da SEDS, procedeu a leitura do parecer emitido pelo  
135 **Procurador Dr. Joel Samuvays Neto**, através do qual entendeu-se pelo princípio da  
136 legalidade, a administração pública só pode executar o que a Lei determina. Além disso, o  
137 CEAS/PR não pode deliberar em benefício próprio. Considerando a questão, o **Conselheiro**  
138 **Patrick** entendeu que a decisão já está tomada, pois não há meios legais nem prioridade  
139 política para financiar a reunião de julho. Para que não se perca o conhecimento adquirido foi  
140 sugerido, realizar debates locais através dos escritórios Regionais, entre os Conselheiros que  
141 assumem e os que saem. Na verdade, o que preocupa é a continuidade das informações do  
142 grupo de Conselheiros da presente gestão, a única Conselheira Titular que permanecerá seria  
143 **Cassia Mercúrio**, que agora não mais ficará. Permanece então o **Conselheiro Pedro**, e o  
144 próprio **Patrick** que aguarda a finalização do seu processo de identidade brasileira. A partir de  
145 Julho, sabe-se que não se terá apoio financeiro para a participação dos Conselheiros da  
146 Sociedade Civil. Comprometido, o **Conselheiro Patrick** sugeriu que os Conselheiros  
147 Governamentais deverão ter um tempo de apropriação das gestões, visando dar continuidade  
148 as ações do CEAS/PR. Num momento de reavaliação, a **Conselheira Presidente Maria Cecilia**  
149 considerou que possui dúvidas e não se sente satisfeita, já que tem Conhecimento da  
150 existência de duas outras legislações que garantem apoio técnico e operacional aos  
151 Conselhos. Foi a vez da **Conselheira Ana Maria Macedo** (Assessoria Técnica. SEDS) afirmar  
152 que o conselho ficara com 50 % dos seus membros ou seja o grupo Governamental. Não  
153 havendo uma renovação de 100 %, aqueles que permanecerão terão a responsabilidade de  
154 propiciar o apoio técnico, dar continuidade e prestar assessoramento quando necessário. A  
155 **Conselheira Cidinha** concluiu que integrara a próxima gestão e disse concordar com a  
156 preocupação dessa transição. Embora os Governamentais estejam a postos, quem volta para os  
157 municípios e a Sociedade Civil. De forma oportuna, o **Conselheiro Nircélio** concordou que o  
158 assunto não deveria ser esgotado. Respeitando e pareceu emitido pelo Sr. Procurador que se  
159 estriba na legalidade de escrita disse que o assunto merecia uma análise mais aprofundada.  
160 Tanto o IGD Suas como o IGDE possuem recursos que poderão ser utilizados para o apoio aos  
161 Conselheiros e de uma forma mais aberta. Contatar pois o CIB, CITE e CNAS. Criando um  
162 entendimento, a **Dr. DanielleVieira** sugeriu que o Conselho formulasse uma consulta formal  
163 ao Grupo Setorial Jurídico da SEDS, questionando o que seria realmente **apoio técnico**  
164 operacional, que seria esse entendimento. • Continuação da leitura do relatório da Comissão **9)**  
165 Na sequência, a **Secretária Executiva Helena** comunicou ao plenário, da necessidade de  
166 excluir o artigo 2º da Deliberação Nº 11/2012, referente a reprogramação do saldo de recursos  
167 do IGDE, possibilitando o pagamento das despesas dos Conselheiros. Diante da negativa do  
168 Setor Jurídico, permanece o artigo 1º e exclui-se o 2º do citado documento. **Crítérios partilha**  
169 **para construção de CRAS**. Muitas opiniões foram expostas sobre o assunto, tais como os  
170 índices já discutidos no dia anterior. Presentes no recinto as técnicas **Malvina e Louise**,  
171 incumbidas de esclarecer as questões não resolvidas. Foi dito que na primeira vez em que  
172 solicitado elaborar um estudo, esse foi feito separadamente. No presente momento, se for para  
173 unir, terá que ser providenciada outra análise de informações, e assim talvez não resultem os  
174 mesmos Municípios. É importante também pensar que tipo de informação se tem agora, para

175 criar critérios. Hoje tem-se disponíveis os resultados do SENSO IBGE/2010 considerados bons  
176 porem la na frente estará defastado e é preciso haver confiabilidade. Que o PiB fala em  
177 produtividade, porem não é um bom índice para fazer ranqueamento e o IBGE tem uma certa  
178 demora na disponibilização das informações. Assim, é necessário mais tempo para proceder a  
179 reanalise que a Comissão solicitou. Houve a manifestação do **Conselheiro Patrick**  
180 percorrendo sobre algumas questões técnicas sobre o assunto. Finalizou apresentando os três  
181 índices considerados fundamentais = **número absoluto de famílias , percentual de**  
182 **pessoas e IPDM**. Comunicou-se que o **Conselheiro Patrick** tem participado com  
183 assiduidade das reuniões da Comissão de acolhimento institucional. Esse relatou que em  
184 Curitiba já existem residências mentais severas. Após algumas informações, o **Conselheiro**  
185 **Patrick** abordou que nessa empreitada o mais difícil é justamente descobrir como convencer a  
186 saúde, da responsabilidade financeira que deverá estar aliada a corresponsabilidade técnica, a  
187 ser desenvolvida pela assistência Social. Como operacionalizar. Ao mesmo tempo disse estar  
188 ansioso para saber do andamento do edital da entidade Aconchego. (9 leitos) • **Em apreciação**  
189 **;-** Aprovado o relatório da Comissão como um todo. • **Comissão de Comunicação,**  
190 **Articulação e Mobilização – Relator Técnico ;-** Divaldo .(SEDS) **(Colocar o Relatório)**. Os  
191 Conselheiros procederam diversssos questionamentos acerca da futura logomarca do CEAS/PR: -  
192 as propostas foram surgindo, como a possibilidade de se fazer um concurso, contando com a  
193 participação das Regionais através de um processo democrático. Foi sugerido também entregar  
194 para a Assessoria de Comunicação da SEDS, apresentando três propostas para o conselho que  
195 decidiria ampliar ou não para todo o Estado. Antes de qualquer definição, a Conselheira vice  
196 Presidente **Ana Maria Macedo** manifestou-se dizendo ser contraria a concursos. Disse ser  
197 favorável que uma professora competente, a partir da Assessoria da SEDS, possa apresentar  
198 uma proposta factível. Foi relevante a participação do **Conselheiro Patrick** quando apontou  
199 que a Política necessita de participação de fóruns ativos e o seu papel que devera ser discutido  
200 no curso: Hoje existe um novo cenário para o controle social e foi sugerido que os Escritórios  
201 Regionais sejam incluídos nas vagas remanescentes. Garantiu o **Técnico Divaldo** , que em  
202 momento nenhum o SEDS desconsidera a participação dos Fóruns. No entanto, por um lapso,  
203 não fizeram parte do projeto: é necessário definir oque fazer com as vagas remanescentes do  
204 curso, talvez abrindo para uma 2ª chamada. Na frequência, a **Conselheira Presidente Maria**  
205 **Cecilia** considerou positivo que se pense numa reavaliação Comissões e suas atribuições,  
206 revendo integralmente os seus objetivos. Foi colocado pelo **Técnico Divaldo** que em função  
207 do acompanhamento aos CMAS, definiu-se por um projeto operacional para efetuar o referido  
208 acompanhamento. • Aprovado o Relatório da Comissão de comunicação como um todo.  
209 •**Intervalo para o almoço .** • Retomada dos trabalhos as 14:00 horas. • **Relato da Comissão**  
210 **de Convivência Familiar Coordenadora Mara** . Foi informado pela **Coordenadora Mara**  
211 que a próxima reunião dessa Comissão foi agendada para o próximo dia 11. Dentre os assuntos  
212 abordados, destacou o relato dos órgãos que compõem essa Comissão, bem como o  
213 reordenamento dos serviços de alta complexidade. A Saúde contribuiu trazendo um modelo de  
214 atendimento para pessoas de situação de risco social. O primeiro edital de chamamento de  
215 acolhimento institucional esta sendo elaborado para todo o Estado. Está paelatinamente feita  
216 retirada do atendimento do Pequeno Aconchego um processo que deverá se processar de forma  
217 sensata, caso a caso. **Prazos ;-** até abril de 2013 para as outras atividades – Pequeno

218 Aconchego:- até 27 de junho. Segundo a Coordenadora, o processo de licitação já se encontra  
219 aberto. • **Comissão de Documentação e Rede Sócioassistencial - Relatora :- Cristina**  
220 **Zehr** . Um dos assuntos que mereceram mais atenção foi a urgência de se ter o Plano de  
221 Acompanhamento dos Conselhos Municipais. Existem muitas dúvidas se as entidades se  
222 enquadram ou não na tipificação e no CMAS não dão conta de prestar uma boa orientação. A  
223 **Conselheira Cidinha** relatou que na sua região ocorreram muitos desencontros e questionou  
224 o motivo pelo qual as questões não estão chegando com clareza. No foco da questão, a  
225 **Coordenadora Mara** deixou claro que Larissa Tissot (SEDS) trouxe notícia sobre uma nova  
226 resolução da área de Saúde, sobre cadastramento de Comunidades Terapêuticas.  
227 **Encerramento.** **A Vice-Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e demais**  
228 **convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi digitada por**  
229 **Willian Binhara, e lavrada por Regina Amasiles Rodrigues Costa. Depois de lida e**  
230 **aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pelos Conselheiros presentes nessa**  
231 **reunião.**

232

233

234

( ANEXO I )

**Foz do Iguaçu, 13 de abril de 2012.**

**Queridos companheiros**

**É com tristeza e saudade que escrevo esta despedida, e lamento muito que tenha que ser tão distante, pois as circunstâncias em que ocorreram os últimos fatos da minha vida não permitiram que fosse de outra forma.**

**No início do mês de novembro de 2011, a instituição que eu trabalho, Aldeias Infantis SOS Brasil foi indicada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos para iniciar um trabalho de acolhimento institucional na modalidade de casas lares aqui em Foz do Iguaçu. Quando da nossa chegada, o cenário era caótico, existia um abrigo sendo denunciado por violações de direitos das crianças, e eu prefiro nem entrar em detalhes sobre essas coisas, primeiro por questões éticas, mas principalmente porque chocam até as pessoas insensíveis. E o que dizer, tendo pela frente um trabalho desafiador, eu sendo uma pessoa que sempre lutei pelos direitos dos que não podiam se defender, me deparando com este cenário, era desolador. Iniciamos os trabalhos em 3 de novembro e em 10 de dezembro já havíamos implantado 6 casas lares na cidade, todas as crianças com seus direitos garantidos.**

**Mas iniciava-se ali um novo desafio, o de compor uma equipe profissional experiente, não poderíamos errar, então eu tive a oportunidade de pleitear o cargo de coordenadora, me senti desafiada e cá estou, ainda em capacitação e feliz por fazer parte desse projeto, feliz pelo trabalho desempenhado, agora, por ter perdido a minha base representativa, não mais como presidente do CEAS, pois estou certa de que vocês, sabiamente elegeram alguém que possa fazer um trabalho ainda melhor que o meu, mas também porque estou aqui, na outra ponta do nosso Estado querido, defendendo direitos, garantindo dignidade e cidadania, fazendo o que a gente tanto defende, lutando para que pessoas não estejam a margem do sistema nem da sociedade.**

**Ademais meus queridos, eu quero agradecer do fundo do meu coração, a cada um de vocês, que me ensinaram lições valiosas, as quais levarei comigo para sempre, quero agradecer a confiança depositada no meu trabalho, na minha capacidade, e mais que isso, deixar aqui meus votos de sucesso, felicidade, prosperidade a cada Conselheiro Estadual da Assistência Social do Estado do Paraná que faz da luta por direitos uma bandeira, da qual nos orgulhamos, e eu me sinto orgulhosa de ter feito parte desse movimento e de ter tido a oportunidade de conviver com pessoas tão especiais como vocês, que abrilhantam a luta social no nosso estado.**

**A gente se despede com um aperto no coração, tenho certeza de que minha suplente será muito acolhida por vocês e fará um brilhante trabalho e que a gente se vê em breve nos próximos encontros, conferências e debates.**

**Um grande abraço também a toda a equipe da secretaria executiva.**

**Muito obrigada!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!**

**Cássia Fernanda Mercúrio**

299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320

**( ANEXO II )**

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização**

**DATA: 12/04/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>                   | <b>ENTIDADE</b>          |
|-------------------------------|--------------------------|
| <b>Carmen Zadra</b>           | <b>CPS/ SEDS</b>         |
| <b>Helena Navarro Gimenez</b> | <b>SEC/SEDS</b>          |
| <b>José Divaldo Rufino</b>    | <b>CGS/ SEDS</b>         |
| <b>Letícia Reis</b>           | <b>CPSB/ SEDS</b>        |
| <b>Maria das Dores Maciel</b> | <b>CGS/ SEDS</b>         |
| <b>Ronan César da Silva</b>   | <b>APADEFI</b>           |
| <b>Tatiana Possa</b>          | <b>Participante SEDS</b> |

321  
322  
323

**RELATÓRIO:**

324  
325

**1) Projeto do Curso sobre Controle Social:**

326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333

**Foi apresentado o projeto e destacado a quantidade de vagas (1.824), as inscrições iniciarão a partir de 02/05 até 25/05. A SEDS solicita mobilização dos conselheiros. O curso acontecerá nas 23 Regionais da SEDS a partir de junho/2012, com carga horária de 24 horas, distribuída inicialmente em 3 dias seguidos. A conselheira Letícia, argumentou sobre a possibilidade do curso ser realizado em 3 semanas (1 dia por semana) com as vantagens de absorção do conteúdo pelos alunos e sem oneração da agenda dos alunos numa mesma semana. A comissão encaminha essa sugestão para decisão da plenária.**

334  
335

**2) Plano Estadual de Capacitação:**

336  
337

**Foi apresentado o cronograma de 2012 com 24 cursos e um total de 10.184 vagas (retificando a última informação da reunião anterior).**

338  
339  
340

**3) Plano de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social:**



Foi lido pela Secretária Executiva dos Conselhos, o relatório elaborado pela mesma sobre a reunião ampliada do CNAS realizada em março/2012, mencionando sobre a importância do acompanhamento do CEAS aos CMAS, enfatizando o discurso da conselheira nacional, Eutália, sobre tal ação.

**Encaminhamentos propostos:**

**a) Solicitar à Coordenação de Gestão do SUAS/SEDS resultado do Censo Conselhos 2010 e, relação dos municípios com pendências na CIB.**

**b) Apresentar na reunião de julho/2012 o resultado do preenchimento do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS em relação ao Controle Social.**

#### **4) Módulo de Adesão ao Programa Família Paranaense:**

O lançamento do Programa foi realizado no dia 14/03 e os 399 municípios foram convidados. Os critérios para a implementação da primeira fase foram aprovados pelo Conselho. Porém, foram recebidas diversas solicitações de prefeituras que não foram contempladas que desejam participar dessa primeira fase do programa. Assim, os municípios que tem interesse em participar do programa poderão aderir a metodologia do programa, uma vez que nessa fase, somente 30 municípios foram selecionados.

No dia 11/04 foi assinado o Protocolo de Intenções junto aos 30 municípios selecionados, a assinatura do Termo de Adesão será regionalizada. Nesse momento, os outros municípios interessados em aderir ao Programa poderão participar e também assinar o Termo de Adesão.

#### **5) Inclusão de pauta: situação da entidade do município de Balsa Nova:**

O CEAS recebeu e-mail mencionando sobre o funcionamento do CMAS de Balsa Nova. Assim, a Comissão decidiu pelo envio de um ofício ao gestor e CMAS de Balsa Nova, solicitando que seja comprovado o funcionamento efetivo do CMAS. Através do encaminhamento das três últimas atas de reuniões e decreto de nomeação dos Conselheiros.

**Parecer da Plenária: Aprovado.**

384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418

**( ANEXO IV )**

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial**

**DATA: 12/04/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>                 | <b>ENTIDADE</b> |
|-----------------------------|-----------------|
| <b>Christina Zehr</b>       | <b>CEAS</b>     |
| <b>Marilene Moher</b>       | <b>SEDS</b>     |
| <b>Rita Goulart</b>         | <b>CEAS</b>     |
| <b>Sandra Regina Costa</b>  | <b>SETI</b>     |
| <b>Teresinha Maria Wolf</b> | <b>CEAS</b>     |

**1) Nota Técnica sobre inscrição e certificação de entidades beneficentes.**

Foi encaminhada, com ampla divulgação pelos escritórios regionais e enviado aos Conselhos Municipais de Assistência Social. Ainda no mês de março foi enviado ao CEAS, a orientação conjunta do MDS/CNAS para reforçar o encaminhamento das inscrições de entidade.

**2) Ofício nº 021/2012 do Conselho Municipal de Assistência Social de Maringá, solicitando mobilização da SEDS para a inscrição de entidades nos demais Conselhos de defesa de direitos e de políticas.**

Responder ao CMAS de Maringá que não compete ao CEAS se manifestar sobre assuntos que envolvam outras políticas, mas como informe podemos relatar que na última reunião do CEAS (março/2012) foi informado pela Gestão do SUAS que a SEDS provocou um levantamento junto aos órgãos competentes e empresas mistas (Copel, Sanepar, etc) da necessidade destes considerar recebimento de inscrições diretas de entidades de utilidade pública não vinculada à assistência social.

**3) Alteração da Resolução nº 237 de 14/12/2006 CNAS:**

Concluímos que a mesma Resolução está bem elaborada, com observação apenas quanto a estrutura dos Conselhos Municipais de Assistência Social (artigo 10, recomendação que a composição do CMAS não seja inferior a 10 conselheiros e que sejam observadas a composição do Conselho quanto a representatividade de entidades que tenham projetos, programas e serviços na área da assistência social).

**4) Atualização da pesquisa junto aos CMAS sobre a implementação da Resolução 016/2010:**

A Comissão sugeriu que sejam incluídas a proposição de dois questionamentos:

a) Se há Secretária Executiva no CMAS?

b) Houve orientação às Entidades Assistenciais para que realizassem a inscrição em tempo hábil?

**5) Apresentação Material PSB/SEDS:**

Foi apresentado pela Proteção Social Básica/SEDS, técnica Deize Zasnzoum, um material com o objetivo de subsidiar os Municípios na proposta padronizada de elaboração de projeto para construção de CRAS.

A apresentação da minuta de projeto será na próxima reunião para apreciação e aprovação do Conselho e posterior divulgação aos municípios; antes, deverá ser encaminhado por e-mail aos conselheiros.

**6) Fiscalização ILPS (Inclusão de Pauta)**

**Sobre consulta da Sra. Vanessa S. Fagundes, secretária executiva do CMAS de Pinhais, informar que os órgãos de fiscalização são: Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso e Vigilância Sanitária. No caso de não haver Conselho Municipal do Idoso, quem deve fazer a fiscalização é o CMAS. Em caso de violação de direitos, a denúncia deverá ser feita diretamente ao MP.**

**7) – Solicitação da Prefeitura Municipal de Tamarana (Inclusão de Pauta)**  
**Por falta de documentação, a Comissão entendeu não haver base para análise e tempo hábil para os encaminhamentos e providências.**  
**Encaminhar para a SEDS para providências.**

**Parecer da Plenária: APROVADO.**

( ANEXO III )

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Políticas Sociais**

**DATA: 12/04/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>                                  | <b>ENTIDADE</b>                |
|----------------------------------------------|--------------------------------|
| <b>Aparecida Oliveira</b>                    | <b>CEAS</b>                    |
| <b>Delvana Oliveira</b>                      | <b>SEED</b>                    |
| <b>Elenir Ruiz</b>                           | <b>APAE</b>                    |
| <b>Magali Socher Luiz</b>                    | <b>SEDS</b>                    |
| <b>Marli Aparecida Batista Vaz Mussulini</b> | <b>SETS</b>                    |
| <b>Noemi Brittes</b>                         | <b>SESA</b>                    |
| <b>Paula Cristina Calsavara Cunha</b>        | <b>SEDS</b>                    |
| <b>Pedro Lírio Hoffmann</b>                  | <b>Associação de Moradores</b> |

**RELATÓRIO:**

**2. Programa Família Paranaense**

**Protocolo de intenções com 30 municípios que participarão nessa fase inicial. Os municípios têm 15 dias para o aceite do Programa, caso sim, assinarão um termo de adesão. Será realizado o segundo seminário do Programa no dia 17 de abril, no salão de atos do parque Barigui.**

**Serão contempladas famílias em situação de vulnerabilidade e acompanhamento pelo período de dois anos que poderá ser prorrogado caso a família não tenha superado essa situação.**

**Serão criados comitês de acompanhamento ao desenvolvimento das atividades do Programa, a saber:**

**Comitê Estadual com as 17 secretarias de Estado;**

**Comitê Regional – Secretarias que possuem escritórios regionais: Assistência Social, Saúde, Habitação, Trabalho e Educação;**

**Comitê Municipal – Secretarias municipais que administram as políticas sociais municipais;**

**Comitê Local – Instituições com base no território, por exemplo, representantes de escolas e CRAS.**

**Está sendo estudado o co-financiamento de repasse de recursos do Estado para os municípios.**

**2. Planos de Providências (PP) – Metas CRAS**

541

542       **As Metas CRAS estavam em descumprimento à resolução CIB. A SEDS está**  
543 **articulando os PP dos municípios, que retornaram informações com preenchimento**  
544 **dos formulários sobre esses planos. Os dados serão apresentados na próxima**  
545 **reunião.**

546

547 **3. Situação atual das obras dos CRAS em andamento**

548

549       **43 municípios em fase de andamento.**

550

551 **4. BPC na Escola**

552

553

554 **Desde setembro de 2011 há abertura para os municípios participarem do referido**  
555 **Programa.**

556       **17 municípios fizeram adesão ao Programa;**

557       **45 fizeram renovação;**

558       **337 não participam ou integram o Benefício.**

559 **O benefício diz respeito à permanência de criança e adolescentes entre zero e dezoito**  
560 **anos nas unidades de ensino. Será repassado um recurso para o município, a cada**  
561 **pessoa inserida, no valor de R\$ 40,00. Municípios que não aderiram ao Benefício não**  
562 **terão acesso à capacitação. OBS: o recurso vem da Secretaria da Educação.**

563

564 **Encaminhamento: Ofício circular do CEAS para os CMAS dos 337 municípios que não**  
565 **fizeram a adesão ao Programa. Do mesmo modo serão enviados ofícios da SEDS aos**  
566 **prefeitos desses municípios mencionando a mesma temática.**

567

568 **5. Centros da Juventude – proposta pedagógica**

569       **A idade para participação nos referidos centros é de 12 a 18 anos de idade**  
570 **para pessoas em situação de vulnerabilidade e poderá haver participação da**  
571 **comunidade por meio de propostas. Entre as 27 obras que estão sendo realizadas, 14**  
572 **estão concluídas. O Município precisa apresentar metodologia e planos de trabalho –**  
573 **deve possuir uma equipe mínima.**

574

575                       **Parecer da Plenária: Aprovado.**

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614

**( ANEXO V )**

**ONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Grupo de Trabalho Repasse Fundo a Fundo**

**DATA: 12/04/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>                      | <b>ENTIDADE</b>                                     |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------|
| <b>Ana Cristina</b>              | <b>Asso. Ministério Melhor Viver – Ponta Grossa</b> |
| <b>Aparecida F. De Oliveira</b>  | <b>APAE</b>                                         |
| <b>Carmen Zadra</b>              | <b>CPSESEDS</b>                                     |
| <b>Danielle M. Vieira</b>        | <b>SEDS/Jurídico</b>                                |
| <b>Eliane Mara Rebelo</b>        | <b>SEAB</b>                                         |
| <b>Helena Navarro Gimenez</b>    | <b>SEC/SEDS</b>                                     |
| <b>Marcela Divair Martins</b>    | <b>SEDS</b>                                         |
| <b>Maria Cecília M L. Fantin</b> | <b>CRP/08</b>                                       |
| <b>Marise J. Prado Silva</b>     | <b>SEDS</b>                                         |
| <b>Pedro Lírio Hoffmann</b>      | <b>Associação de Moradores</b>                      |

615  
616  
617  
618

**RELATÓRIO:**

Conforme acordado na última reunião do Grupo de Trabalho - GT, o TCE foi convocado para participar da reunião, porém, não estiveram presentes.

A Coordenadora do GFS/SEDS, Marcela, participou da reunião no dia anterior sobre o repasse Fundo à Fundo do FIA, em que Divanzir do DAT/TCE esteve presente.

Ela colocou sobre a necessidade de construção da Lei e regulamentação do artigo que dispõe e autoriza o repasse, esta regulamentação deverá ser discutida e analisada junto ao PGE.

**Encaminhamentos:**

- 1) - Minuta de regulamentação (elaborar) de acordo com a regulamentação já realizada por algum Estado.
- 2) Apreciação pela PGE.
- 3) Reunião com o Sistema de Informação da SEDS (SUAS WEB Paraná) - marcar para o dia 23/04 às 08:30 horas.
- 4) Caso o Sistema da Informação não possa se reunir, a reunião se mantém por conta da minuta da regulamentação.

**Grupo de Trabalho:** Carolina Trevisan, Patrick Reason, Marcela Evangelista e Danielle Vieira.

**( ANEXO VI )**

**Conselho Estadual de Assistência Social**

**Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo**

**DATA: 12/04/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>                       | <b>ENTIDADE</b>                                          |
|-----------------------------------|----------------------------------------------------------|
| <b>Patrick Reason</b>             | <b>Associação Beneficente Encontro com Deus</b>          |
| <b>Ana Cristina Duda</b>          | <b>Associação Ministério Melhor Viver - Ponta Grossa</b> |
| <b>Maria Cecília M. L. Fantin</b> | <b>CRP/08</b>                                            |
| <b>Evandra Suzane Bazzo</b>       | <b>SEPL</b>                                              |
| <b>Gladys Maria Tortatto</b>      | <b>SEDS</b>                                              |
| <b>Ana Maria Macedo</b>           | <b>SEDS</b>                                              |



|                     |           |
|---------------------|-----------|
| Malvina G. Ferreira | SEDS/CPSB |
| Deize F. B. Lanza   | SEDS/CPSB |

## RELATÓRIO:

Verificada a paridade da Comissão deu-se início a pauta.

### **01 – Relato do Grupo de Trabalho sobre o Repasse Fundo a Fundo:**

**Relatório com William.**

**PARECER DA COMISSÃO: Ciente.**

**PARECER CEAS: Ciente.**

### **02 – Comissão de Acolhimento Institucional:**

**Primeira reunião realizada no dia 12/04, na SEDS.**

**Presentes representantes: SEDS, SEED, SESA, FAS, Sec. Mun. Saúde Curitiba, CEAS, CEDCA, Vice governadoria do Estado, Comitê Intersecretarial de Saúde Mental, Sec. Mun. Direitos da Pessoa com Deficiência.**

#### **Pontos importantes:**

- apresentação dos participantes;
- apresentação dos objetivos e responsabilidades da Comissão;
- apresentação do Plano de Trabalho da SEDS para reordenamento e o que já foi feito;
- exposição das atuais diretrizes da Assistência Social (família, comunidade e rede) e sua relação com as atuais intervenções da SEDS na temática do reordenamento:
- Família:** fortalecer o vínculo familiar e ter o acolhimento como última estratégia;
- Comunidade:** ação por territórios; recorrer a vagas descentralizadas;
- Rede:** contar com os diversos equipamentos da rede, principalmente da saúde e educação; superar a lógica das instituições totais.
- exposição das expectativas do CEAS na constituição desta Comissão.

#### **- palavra aberta:**

- exposição de alguns presentes sobre como souberam da Comissão;
- exposição de demandas de reordenamento/acolhimento que chegam às Secretarias;
- falas do CEAS, SEDS, FAS e SMS (Sec. Mun. Saúde) sobre a falta de alternativas ao que já é oferecido de serviços, até o presente momento;
- esclarecimento da SMS e SEDS sobre acolhimento e atendimentos na rede de saúde;
- defesa pelo conselheiro do CEDCA de capacitação aos municípios sobre a temática da Comissão;
- apontamento dos diferentes desafios em serviços da Alta Complexidade.

#### **Encaminhamentos:**

- todos trarão, na próxima reunião, contribuições de suas representações para cumprir as responsabilidades da Comissão;
- SEDS, SESA e SMS trarão esclarecimentos sobre os serviços de Alta Complexidade para nivelamento de conceitos na Comissão.

#### **Próxima reunião:**

**25/04, às 14:00h, na SEDS.**

**PARECER DA COMISSÃO: Ciente.**

**PARECER CEAS: Ciente.**

707

708 **03 – Análise do Edital para as entidades:**

709 **O processo do Edital está sendo acompanhado pela Assessoria Jurídica da SEDS, e**

710 **será discutido nas próximas reuniões com a Comissão de Acolhimento Institucional.**

711 **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO**

712 **PARECER CEAS: APROVADO**

713

714 **04 – Reprogramação do saldo da Fonte 257 – DETRAN – Superávit 2011:**

715 **Apresentada proposta de reprogramação do Superávit do DETRAN – Fonte 257.**

716 **PARECER DA COMISSÃO: APROVADA COM ALTERAÇÕES**

717 **PARECER CEAS: APROVADO, com a utilização do saldo de licitações nas ações de alta**

718 **e média complexidade.**

719

720 **05 – Reprogramação do saldo do IGDE Bolsa Família – Superávit 2011:**

721 **Apresentada sugestão da Coordenação.**

722 **PARECER DA COMISSÃO: APROVADA**

723 **PARECER CEAS: APROVADO.**

724

725

726 **06 – Balancete de Janeiro e Fevereiro de 2012 - FEAS:**

727 **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE.**

728 **PARECER CEAS: CIENTE.**

729

730 **07 – Prestação de Contas 2011 FEAS:**

731 **Apresentada pelo GFS, sugerido alteração no relatório de atividades para**

732 **reapresentação e aprovação da Plenária.**

733 **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO.**

734 **PARECER CEAS: APROVADO.**

735

736 **08 – Plano de Ação IGDE SUAS 2012:**

737 **Aprovada a utilização do recurso recebido até o momento para o Plano Estadual de**

738 **Capacitação.**

739 **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO**

740 **PARECER CEAS: APROVADO**

741

742 **09 - Análise dos projetos para Construção de CRAS, dos municípios selecionados pela**

743 **Deliberação nº 15/2011 - CEAS:**

744 **Malvina, da CPSB, relatou que nesse momento o recurso financeiro para Construção**

745 **dos 17 CRAS, só poderá atender 12. Sendo assim, a CPSB realizou reunião no dia**

746 **14/03/12 onde todos se comprometeram e estiveram compromissados com os**

747 **projetos. O Estado apresentou que não estaria auxiliando na planta arquitetônica, e**

748 **os municípios de Rio Azul se disponibilizou em fazer as plantas, dando contrapartida**

749 **de 10% no projeto. Foram recebidos, dentro do prazo, os projetos dos seguintes**  
750 **municípios:**

751  
752 **01 - São Jerônimo da Serra - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres**  
753 **técnicos;**

754 **02 - Vera Cruz do Oeste - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres**  
755 **técnicos;**

756 **03 - Campo do Tenente - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres**  
757 **técnicos;**

758 **04 - Querência do Norte - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres**  
759 **técnicos;**

760 **05 - Congoinhas - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres técnicos;**

761 **06 - Rio Azul - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres técnicos;**

762 **07 - Bom Sucesso - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres técnicos;**

763 **08 - Teixeira Soares - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres**  
764 **técnicos;**

765 **09 - Borrazópolis - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres técnicos;**

766 **10 - Castro - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres técnicos;**

767 **11 - Engenheiro Beltrão - Aprovado, condicionado ao atendimento dos pareceres**  
768 **técnicos e da Assessoria Jurídica.**

769  
770 **O município de Nova Laranjeiras desistiu do recurso e precisa formalizar essa**  
771 **desistência ao Estado, que sugere o repasse do recurso para o município de Atalaia,**  
772 **próximo da lista, conforme Deliberação nº 15/2011 - CEAS.**

773  
774 **O projeto do município de Engenheiro Beltrão ainda não chegou na SEDS, por atraso**  
775 **do malote do correio. O ER de Campo Mourão enviou parecer favorável a prorrogação**  
776 **do prazo para recebimento do projeto.**

777  
778 **PARECER DA COMISSÃO: Aprovou os 11 projetos apresentados, condicionado ao**  
779 **atendimento dos pareceres técnicos e da Assessoria Jurídica. Caso a Assessoria**  
780 **Jurídica não dê parecer favorável à Engenheiro Beltrão, será substituído pelo próximo**  
781 **da lista (Bom Jesus do Sul).**

782 **PARECER CEAS: APROVADO, com abstenção do Conselheiro Pedro Hoffmann.**

783

784

785 **Parecer da Plenária: APROVADO o relatório da Comissão.**

786